A EXPANSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL A PARTIR DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (BRASIL, 1909-1930)

THE EXPANSION OF PROFESSIONAL EDUCATION FROM THE MINISTRY OF AGRICULTURE, INDUSTRY AND COMMERCE (BRAZIL, 1909-1930)

Marcelly Kathleen Pereira Lucas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN
Natal, RN, Brasil
marcelly.lucas.700@ufrn.edu.br

Olívia Morais de Medeiros Neta
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN
Natal, RN, Brasil
olivianeta@gmail.com

Resumo. Este trabalho insere-se no campo da história da educação profissional e tem como objetivo analisar a expansão do Ensino Profissional no Brasil, no período de 1909 a 1930, a partir das ações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O recorte temporal foi selecionado levando em consideração a organização do Ministério. As principais fontes para o desenvolvimento deste estudo foram os relatórios anuais do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A partir do mapeamento e da análise das fontes, buscamos analisar as seguintes questões: Como o Ministério operou a expansão do ensino profissional? Como as escolas profissionais estavam distribuídas pelo território brasileiro? Que tipo de escolas eram criadas com maior frequência? Qual tipo de escola era mais comum em cada região? Para responder tais questões realizamos a pesquisa bibliográfica, categorização e análise das fontes. A metodologia consiste na análise documental segundo Arostegui (2006) e no método indiciário segundo Ginzburg (1989). O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional de Manfredi (2003) e insere-se na dimensão da história política segundo Rémond (2003). Através da análise das fontes podemos perceber que o ministério criou e também subvencionou escolas agrícolas, industriais e comerciais, sendo mais comum as escolas agrícolas.

Palavras chave: história da educação profissional; ensino agrícola; ensino técnico; ensino industrial.

Abstract. This work is part of the field of the history of professional education and aims to analyze the expansion of Professional Education in Brazil, from 1909 to 1930, based on the actions of the Ministry of Agriculture, Industry and Commerce. The time frame was selected taking into account the organization of the Ministry. The main sources for the development of this study were the annual reports of the Ministry of Agriculture, Industry and Trade. Based on the mapping and analysis of the sources, we seek to analyze the following questions: How did the Ministry operate the expansion of professional education? How were professional schools distributed throughout Brazil? What kind of schools were created most often? What type of school was most common in each region? To answer these questions, we conducted bibliographic research, categorization and analysis of the sources. The methodology consists of documentary analysis according to Arostegui (2006) and the indicative method according to Ginzburg (1989). The theoretical framework is based on the concept of professional education by Manfredi (2003) and is inserted in the dimension of political history according to Rémond (2003). Through the analysis of the sources we can see that the ministry created and also subsidized agricultural, industrial and commercial schools, with agricultural schools being more common.

Keywords: history of professional education; agricultural education; technical education; industrial education.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi criado pelo Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, e reorganizado e instalado através do Decreto nº 7.501 de 12 de agosto de 1909. Assim, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas passou a ser o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No ano de 1930 o ministério foi novamente reorganizado e desmembrado em dois ministérios distintos, Ministério da Agricultura e Ministério da Indústria e Comércio através do Decreto nº 19.448 de 3 de dezembro de 1930. Nessa divisão as escolas agrícolas ficaram sob a jurisdição do Ministério da Agricultura e as escolas comerciais e industriais com o Ministério da Indústria e Comércio e posteriormente transferidas ao Ministério da Educação. Dessa forma, adotamos o recorte temporal de 1909 a 1930 visando analisar a expansão das escolas profissionais agrícolas, industriais e comerciais.

O trabalho do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1909 a 1930, merece destaque no que se refere ao ensino profissional, no ensino agrícola, industrial e comercial. Pois, durante o período estudado, foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de ações para promoção do ensino profissional nas áreas anteriormente citadas. As ações para a promoção desse ensino envolviam não só a criação de escolas, mas também subvenção de instituições estaduais e municipais ou de iniciativa privada, cursos ambulantes, institutos de pesquisa, patronatos e outras ações diversas como exibições de filmes educativos e distribuição de materiais como o Guia do Agricultor do Brasil, por exemplo.

O Ensino Profissional é um campo marcado pelas relações entre educação e trabalho, permeado por conflitos e interesses políticos e sociais. *Pari passu*, objetivamos com esse estudo analisar a expansão das

escolas profissionais mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no Brasil no período de 1909 a 1930. Além disso, buscamos contribuir com os estudos sobre a História da Educação Profissional no Brasil e a possibilidade de novas fontes e temas de pesquisa.

Dessa forma, esse estudo está inserido no campo da Educação Profissional, especificamente, no domínio da História da Educação Profissional segundo a concepção de Maria Ciavatta (2019), na dimensão da história política de René Rémond (2003), na abordagem metodológica de análise documental segundo Julio Arostegui (2006) e no método indiciário segundo a concepção de Carlo Ginzburg (1989).

Para Rémond (2003, p. 444) "Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político", e isso não seria diferente com a educação. Diante disso, é preciso que analisemos os interesses, as motivações e as disputas que envolvem o desenvolvimento da atividade política sobre a educação.

Assim como a influência das ideologias e das decisões políticas como determinantes no campo da educação, a história política é importante para a compreensão do todo social. "A política é lugar de gestão do social e econômico". A política é tratada a partir da sua função de determinação do contexto e dos reflexos de sua prática (Rémond, 2003).

Inseridos no domínio da História da Educação Profissional, fazemos uso da concepção de "trabalho-educação", trazido por Ciavatta (2019) como uma unidade epistemológica que comporta a relação entre o trabalho e a educação. Pensar essa concepção é pensar os dois conceitos, trabalho e educação, como parte de uma realidade social.

> Do ponto de vista epistemológico, Trabalho-Educação é uma categoria ou um conceito, cuja episteme (verdade, saber, conhecimento) tem por base objetos e acontecimentos externos ao termo linguístico, que constituem a realidade de onde se parte para a elaboração teórica da unidade dos termos. (Ciavatta, 2019, p. 136)

Para a autora, nessa concepção podemos, ao analisar a história da educação profissional, pensar as relações de produção, as transformações do mundo do trabalho, as políticas educacionais e a formação dos trabalhadores (Ciavatta, 2019). Além dessas áreas, um ponto importante para construção dessa análise é perceber o "trabalho como princípio educativo e o princípio educativo do trabalho", mas também a formação para o trabalho como "meio de alienação e sujeição dos trabalhadores" (Ciavatta, 2019, p. 146).

A partir disso, construímos esse trabalho da seguinte forma: primeiramente trataremos da organização do ensino profissional promovido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em seguida, apresentaremos os resultados referentes a criação de cada tipo de escola e a sua expansão e distribuição no território brasileiro e, por fim, as considerações finais. Ressaltamos que este trabalho é parte da pesquisa de mestrado que desenvolvemos no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

METODOLOGIA

Adotamos, metodologicamente, um caminho que partiu do mapeamento, categorização e análise das fontes, os relatórios do Ministério apresentados anualmente no período supracitado. Também realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema, trazendo alguns estudos que se aproximam do nosso pelo recorte temporal e temática para contribuir com as discussões aqui apresentadas. Nessa construção, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Como as escolas profissionais criadas ou mantidas pelo Ministério estavam distribuídas pelo território brasileiro? Que tipos de escolas eram criadas com maior frequência? Qual tipo de escola era mais comum em cada região? O que influenciava a criação dessas escolas?

A pesquisa documental foi empreendida, principalmente, nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Os relatórios eram apresentados ao fim de cada ano ao presidente da República pelo ministro em exercício. Neles os ministros descreviam todas as atividades do ministério naquele ano, as ações desenvolvidas e seus desdobramentos, as dificuldades enfrentadas, os desafios superados, o acompanhamento dos estados, a movimentação contábil e também os instrumentos legais mais importantes como leis, decretos e recrutamentos que interferiam nas ações realizadas naquele ano até a data de apresentação do relatório. Ao todo foram analisados vinte relatórios, pois o documento referente ao ano de 1921 não estava disponível. A pesquisa foi realizada no acervo digital do Center for Research Libraries,

da Universidade de Chicago, na coleção Brazilian Governments Documents, na sub-coleção de relatórios ministeriais, na seção do Ministério da Agricultura[1].

Nessa busca percebemos que o ministério desenvolveu diversas ações para o desenvolvimento do ensino profissional, no entanto, dado o objetivo deste estudo nos debruçamos sobre os resultados referentes à criação e regulamentação de instituições de ensino. A partir disso, realizamos o mapeamento e a organização dos dados coletados na pesquisa documental em uma planilha, que esteve baseada nos seguintes critérios: ano de referência, referência do documento, ação apresentada e transcrição do trecho do documento. Após essa organização realizamos a análise e entrecruzamento dos resultados à luz do referencial teórico-metodológico e relacionamos com alguns estudos que se aproximam da temática. Nessa perspectiva, Arostegui (2006) afirma que "nenhuma pesquisa pode estar isolada das demais da área".

De acordo com Arostegui (2006) a articulação de uma pesquisa envolve as fontes, a organização da informação e a relação com outras pesquisas. Desse modo, fazemos referência a alguns estudos que trazem contribuições para essa pesquisa. O trabalho de Célia Regina Otranto (2003) "A política de educação superior agronômica no início do século XX: a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária", "Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930)" de Milton Ramon Pires de Oliveira (2004), "As Escolas de Aprendizes Artífices - estrutura e evolução" de Manoel de Jesus Soares (1982) e "Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934)" de Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2009).

Para Arostegui (2006) o trabalho das fontes não se resume à extração de informações, portanto é necessário realizar a crítica das fontes, questioná-las. Nesse sentido, percebemos os relatórios como fontes "para a história da educação" (Ragazzini, 2001, p. 19), ou seja, não foram criados com essa intencionalidade mas servem a esse propósito. E essa análise não é um trabalho mecânico, carece de uma preparação teórica e metodológica. Além disso, a adequação das fontes está diretamente ligada aos objetivos da pesquisa.

Além disso, nos apoiamos no método indiciário de Ginzburg (1989). De conformidade com Ginzburg (1989), o procedimento metodológico do indiciarismo transferiu para o interior das pesquisas as tensões entre narração e documentação, já que a análise dos indícios é construída a partir da investigação das convergências e divergências, das inferências de causas não documentadas ou comprovadas por meio dos efeitos.

Os indícios são elementos constitutivos da narrativa histórica. Tal como o trabalho de um detetive, o historiador deve ter um olhar sensível e atento aos sinais. No entanto, os indícios não falam por si, é preciso realizar conexões. Lembremos que o método indiciário é um método interpretativo e, portanto, é constituído por um processo de contextualização, atribuição de sentido às pistas, seguido do processo de conexão, momento em que são feitas as aproximações e relações, e, por fim, a descrição das etapas anteriores que é a própria narrativa histórica. Além da sensibilidade, o método pressupõe uma inferência indutiva que parte do particular para a totalidade. Ou seja, implica analisar as pequenas partes, os indícios, com uma busca de compreensão do todo.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E A CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL

Dentre as ações do trabalho do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1909 a 1930[2] merece destaque no que se refere ao ensino profissional, no ensino agrícola, industrial e comercial. As ações para a promoção desse ensino envolviam não só a criação de escolas, mas também subvenção de instituições estaduais e municipais ou de iniciativa privada, cursos ambulantes, institutos de pesquisa, patronatos e outras ações diversas como exibições de filmes educativos e distribuição de materiais como o Guia do Agricultor do Brasil, por exemplo. E, a partir disso nos debruçamos sobre a compreensão do próprio campo da Educação Profissional, o qual entendemos como "um campo de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas" (Manfredi, 2003, p. 61).

---

[1] Disponível em: ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents

[2] As atribuições do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio envolviam atividades de ensino, pesquisa, regulamentação, movimentação das safras, propaganda, registros e conferências agrícolas, além de registros de animais, indústria animal, observatórios astronômicos e meteorológicos e também o Serviço de Proteção aos índios. Os setores do comércio e da indústria eram claramente menos privilegiados, levando em consideração que só havia cinco atribuições no campo da indústria e seis no campo do comércio e algumas dessas atribuições guardavam relação direta com a agricultura.

Os relatórios indicam que o Ministério demonstrava preocupação e revelava um veemente interesse no desenvolvimento do ensino profissional, prospectando o desenvolvimento econômico que o mesmo poderia proporcionar ao país. Percebemos que os objetivos do desenvolvimento do ensino estavam mais voltados para o desenvolvimento econômico do que para a formação da população brasileira.

> Claro se me affigura que a crise tremenda que assoberba a instrucção publica principalmente, argúes a deficiencia dos moldes em que está vasado o ensino official, o seu visceral antagonismo com as exigencias da sociedade moderna que, bem entendidas, estão impondo a obrigação de cuidar menos em formar cavos doutores e muito mais em formar homens. É de instrucção applicada, de ensino pratico, profissional e agricola que precisamos, e é sobre taes bases que, eu suponho, virá um dia a se fazer a reforma geral do ensino, de maneira a se lhe restituir com o valor intrinseco a moralidade e o prestígio tão seriamente abalados. (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (MAIC 1910, pp. XXVI-XXVII)

Na fala do ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, na introdução do relatório de 1909, publicado em 1910, observamos a valorização do ensino técnico e prático, único que, segundo a sua visão, poderia suprir os anseios da sociedade moderna. Além disso, ele atribui a formação teórica à crise pela qual estava passando a instrução pública. Manfredi (2003) trata da concepção de ensino profissional como espaço de disputa de interesses e fruto da relação entre escola e trabalho. Dessa forma, analisamos a relação das determinações ministeriais com as necessidades sociais. "Com isso, não se quer dizer que não haja uma correlação entre as necessidades e as transformações em curso no mundo do trabalho, com a emergência de novos requisitos educacionais e a importância da escola" (Manfredi, 2003, p. 50).

O ensino se expandiu em diversos níveis, apesar da divisão em níveis de ensino todos as instituições de ensino mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio eram consideradas como um conjunto e formavam a "Instrucção Technica Profissional", dividida nos ramos agrícola, industrial e comercial (MAIC, 1910). A partir disso abordaremos nesse estudo a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, as Escolas Médias ou Teórico-Práticas, Aprendizados Agrícolas, Escolas de Laticínios, a Escolas de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e também a Escola de Minas de Ouro Preto.

O ensino agrícola se desenvolveu amplamente nesse período tendo em vista o caráter fundamentalmente agrícola do país, onde o desenvolvimento econômico estava concentrado nas áreas de maior desenvolvimento agropecuário[3]. De acordo com o Plano Geral de Organização do Ensino Agronômico, estabelecido pelo Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910, estavam contemplados não só o ensino de práticas de agricultura, mas também de outras áreas próprias do meio rural. "O plano de organização que, com esse objectivo, elaborei tem por fim a instrucção technica profissional relativa à agricultura e aos diversos ramos de actividade que lhe são correlativos e comprehende: o ensino agricola, de zootechnia, medicina veterinaria e industrias rurais". (MAIC, 1910, p. 61).

Nesse sentido, destacava-se a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, criada para formar engenheiros agrônomos e médicos veterinários, os quais teriam o papel de dirigir a modernização das práticas rurais e encarregados também de formar os trabalhadores nas demais escolas. Anos depois foi criado também o curso de Química Industrial, que tem seu primeiro registro no relatório do ano de 1920 (MAIC, 1921) apesar de Otranto (2003) afirmar que o mesmo só foi criado no ano de 1925. Foi a primeira escola superior federal do ramo e os seus currículos eram padrão para as demais escolas agrícolas criadas pelo Ministério. Essa escola foi criada através do Decreto nº 8.319 de 1910, o mesmo que instituiu o Plano Geral de Organização do Ensino Agronômico.

Criada no ano de 1910, a escola só pode ser inaugurada em 1913, devido a dificuldades relacionadas ao prédio onde deveria ser instalada. Apesar da necessidade de promover um ensino prático e do caráter essencialmente rural foi inaugurada na área urbana da capital federal, Rio de Janeiro (Otranto, 2003). Foi extinta no ano de 1915 devido a cortes orçamentários e teve suas atividades retomadas em 1917 (MAIC, 1920).

Através do Decreto nº 12.012 de março de 1916, a Escola Superior e as Escolas Médias ou Teórico-Práticas foram reunidas no mesmo estabelecimento na cidade de Pinheiro, no Rio de Janeiro, as Escolas Médias foram reunidas em única instituição, restando somente a Escola Superior. Em 1918 foi transferida

---

[3] Os estados de São Paulo e Minas Gerais eram os dois maiores produtores de café do país, seguidos do estado do Rio de Janeiro (nesse período era onde estava localizado o Distrito Federal). O estado de Minas Gerais ainda se destacava na atividade pecuária, sendo o maior produtor de leite do país. Ver Caio Prado Júnior (2006).

para a cidade de Niterói, também no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1927, e em 1927 retornou para a capital (Otranto, 2003).

O novo regulamento da escola foi aprovado pelo Decreto nº 14.120 de 29 de março de 1920, revogando as determinações do regulamento anterior, aprovado pelo Decreto nº 12.927 de março de 1918. Esse novo regulamento propunha uma reforma nos cursos oferecidos pela escola, especialmente o curso de formação de engenheiros agrônomos, através da ampliação dos conteúdos, números de cadeiras e também pessoal para a área administrativa da escola. O ministério pretendia que essa reforma impulsionasse o desenvolvimento da mesma (Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, 1921).

Uma escola pensada e organizada para a elite, política e econômica, portanto, teria de ser atraente para os jovens dessa elite. Sobre tal, Silvia Manfredi (2003) ao discutir sobre as relações entre escola e trabalho, pontua que, antes de ser colocada no imaginário social como um local de formação para o mercado de trabalho, a escola, enquanto instituição, foi criada com o intuito de preparar grupos seletos. A formação desses grupos estava voltada "para o exercício do comando, do poder e da direção social" (Manfredi, 2003, p. 51). Ressalta-se que apesar de ser regida pelo mesmo decreto das demais escolas agrícolas, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária não tinha o mesmo objetivo, ela formava indivíduos para a gerência, para o comando, ou seja, para exercer o poder.

As Escolas Médias ou Teórico-Práticas envolviam em seus currículos, assim como a Escola Superior, agricultura e veterinária além de zootecnia e indústrias rurais (MAIC, 1910, p. 631). A formação era voltada para a formação de profissionais de nível médio para o gerenciamento de atividades no campo. Partilhavam do mesmo princípio de promover o desenvolvimento das atividades agrícolas através da modernização das práticas. Foram criadas três escolas desse tipo, uma na Bahia, uma em São Paulo e mais uma no Rio Grande do Sul (MAIC, 1912; 1914;1915). No ano de 2016 foram extintas, unindo-se com a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e tornando-se uma única instituição, como exposto anteriormente.

Os Aprendizados Agrícolas correspondiam ao nível primário do ensino agrícola e visavam a formação dos jovens, filhos de trabalhadores rurais (Oliveira, 2004). Também foram criados através do Decreto nº 8.319/1910. Os Aprendizados poderiam adotar regimes de internato ou externato de acordo com as determinações específicas para cada um, como número de alunos e a densidade populacional das regiões em que estavam localizados. Neles o ensino deveria ser exclusivamente prático e os espaços em que estavam localizados deveriam ser semelhantes às propriedades agrícolas visando o ensino das práticas, mas também a produção agrícola que era revertida para o próprio aprendizado e também para a remuneração dos alunos de acordo com a sua produção. Tinham o objetivo de formar trabalhadores para o serviço nas propriedades rurais (Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, 1910). "Em qualquer das hypotheses, os Aprendizados deverão ter organização similar a uma propriedade agrícola, orientada pelos modernos methodos culturaes e dispondo dos meios necessários para obter o maior rendimento útil das culturas e das indústrias agrícolas proprias da região" (Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, 1910, p. 649).

As meninas também eram aceitas nos Aprendizados para a aprendizagem de práticas "próprias do seu gênero" como as pequenas indústrias rurais, assim como os adultos que poderiam participar de cursos abreviados (Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, 1910). Os cursos regulares tinham duração de dois anos, divididos em semestres.

Os primeiros Aprendizados a serem criados foram o de Barbacena, em Minas Gerais, de São Luís das Missões, no Rio Grande do Sul, e o de São Simão, em São Paulo, no ano de 1910 (MAIC, 1910). Em 1912 foram criados mais cinco Aprendizados, o de Satuba, em Alagoas, o de Tubarão, em Santa Catarina, o da Bahia, o de Guimarães, no Maranhão, e o de Igarapé-Assú, no Pará (MAIC, 1912). O Aprendizado da Bahia era anexo à Escola Agrícola da Bahia, uma das Escolas Médias ou Teórico-Praticas e recebeu os alunos da antiga Colônia Educadora, que fazia parte da Escola Agrícola da Bahia na época da gestão estadual. Posteriormente esse Aprendizado foi transferido para a cidade de São Bento das Lages. No ano de 1914, devido a cortes orçamentários, os Aprendizados de São Simão, Tubarão, Guimarães e Igarapé-Assú foram extintos (MAIC, 1915). Permaneceram os quatro Aprendizados restantes até o ano de 1919, quando foi criado o aprendizado de Juazeiro, também na Bahia (MAIC, 1920). O aprendizado de São Luís das Missões foi extinto em 1925, fazendo com que retornasse ao número de apenas quatro Aprendizados (MAIC, 1926). Em 1927, o aprendizado de Satuba passou para a responsabilidade do estado de Alagoas e o aprendizado de Rio Branco, no Território do Acre, tornou-se uma instituição federal (MAIC, 1927).

Os Aprendizados de Juazeiro e Monção são citados pela primeira vez no relatório do ano de 1919, sem deixar claro quando foram criados e o de Monção não aparece em mais nenhum dos relatórios dos anos posteriores.

É importante ressaltar que os Aprendizados sofriam com a baixa matrícula e a falta de investimentos e recursos financeiros. A situação era diferente no Aprendizado de Barbacena, que recebia, segundo Nery (2009), os egressos da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e era o mais organizado e com maior produção agrícola.

As Escolas Permanentes de Laticínios, embora voltadas para a pecuária, estavam inclusas no ensino agrícola. Em 1911 foram criadas duas unidades em Minas Gerais, maior produtor nacional de queijos e outros laticínios na época, uma no município de Barbacena e outra no município de São João del-Rey. Ambas passaram a funcionar regularmente somente no ano de 1913 (MAIC, 1914).

Foram encontradas poucas informações sobre essas escolas na pesquisa no relatório e não temos a informação de criação de outras do mesmo gênero em outras localidades pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Embora na proposta de criação das escolas seja destacado que haveria diversas áreas produtoras que necessitavam desse incentivo para aumentar a produção, as Escolas Permanentes de Laticínios ficaram restritas ao estado de Minas Gerais.

No mesmo período em que o ensino agrícola começou a se desenvolver de forma mais organizada, o Ministério também adotou uma política para a expansão do ensino técnico industrial. A principal ação para o desenvolvimento dessa política foi a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909 através do Decreto nº 7.566 de setembro do mesmo ano. Elas foram criadas nas capitais de todos os estados da federação, com exceção do Rio Grande do Sul. Nesse estado o presidente Nilo Peçanha julgou mais conveniente subvencionar uma instituição já existente e organizada nos mesmos moldes, o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre. No Rio de Janeiro a escola não estava localizada na capital, mas na cidade de Campos, cidade natal de Nilo Peçanha, em um prédio cedido pela Câmara Municipal (MAIC, 1910).

Até outubro de 1910, todas as dezenove escolas já haviam sido inauguradas e funcionavam regularmente, sendo a última a escola de Sergipe. Os currículos eram, da mesma forma, pautados no ensino prático e conhecimento técnico, organizados em oficinas. Essas escolas tinham o objetivo de formar operários e contramestres. Essa formação era voltada para "os menores que pretendiam aprender um ofício" (MAIC, 1910).

As oficinas envolviam trabalhos com marcenaria, funilaria, serralheria, mecânica, tornearia, ferraria, sapataria, alfaiataria, eletricidade, escultura, pintura, entre outras atividades complementares (MAIC, 1914). Além das oficinas, havia ainda um curso noturno primário para os analfabetos, para que pudessem acompanhar as lições ministradas nas oficinas, e o curso noturno de desenho para aqueles em que o trabalho exigisse essa habilidade (MAIC, 1910). Em 1911 o curso de desenho passou a ser obrigatório para todos os alunos (MAIC, 1912) e em 1918 o curso primário (MAIC, 1920).

Sobre a criação das escolas profissionais, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio dispunha de um projeto de expansão do ensino profissional e amparo na diversificação das práticas agrícolas, industriais e comerciais. Ao se referir a expansão das escolas agrícolas, o Ministro Pedro de Toledo afirmava que as vantagens do ensino agronômico deveriam beneficiar todos os estados e as "[...] consequencias beneficas não tardarão a manifestar-se no computo de nossa produção, na qualidade dos nossos produtos e na situação economica da população rural" (MAIC, 1911c, p. 64).

No entanto, ao considerar as escolas criadas em relação a localização das mesmas nos estados, apreendemos que a realidade era um pouco diferente. Apesar de o Ministério ter adotado uma política de expansão do ensino profissional, expondo constantemente os motivos e os benefícios desse desenvolvimento para o desenvolvimento social e econômico, várias dificuldades impediam que o ensino pudesse se desenvolver amplamente. Alguns dos maiores problemas envolviam os déficits na estrutura e organização das escolas, muitas vezes justificada pela falta de auxílio dos estados e municípios.

Tendo em vista as dificuldades para a organização do ensino envolvendo principalmente a necessidade de um corpo docente qualificado para cada escola, o Ministério trouxe para sua responsabilidade a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, criada pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal em 1917 (Soares, 1982). Logo depois de sua inauguração, essa escola foi transferida para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio com intuito de formar professores e mestres para as Escolas de Aprendizes Artífices e outras escolas (MAIC, 1918).

> Remodelada como escola media, conforme permittem suas condições actuaes, deve ser provida das officinas e installações de que carece urgentemente, para o fim de preencher as funcções que lhe competem na formação de professores, contra-mestres e operarios destinados ás Escolas de Artifices, Aprendizados e Patronatos Agricolas. (MAIC, 1920, p. 336)

A escola recebia alunos do sexo masculino e feminino de todos os estados da federação. Esses alunos depois de diplomados deveriam assumir as cadeiras das Escolas de Aprendizes Artífices de sua localidade (MAIC, 1918).

Em 1920, o ministro Idelfonso Lopes encetou a iniciativa de reorganização e criação de um plano geral para todas as Escolas de Aprendizes, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico[4] estava incumbido dessa função. "Tanto as sédes dessas escolas como o seu aparelhamento mecânico e os methodos de ensino deverão soffrer as transformações impostas pelas praticas mais modernas e efficientes. " (MAIC, 1920, p. XLIII).

O Serviço de Remodelação operou por alguns anos, realizando as modificações necessárias e inspecionando as escolas. Somente em 1926, por determinação do ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, foi estabelecido um currículo unificado para todas as Escolas de Aprendizes Artífices (Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, 1926).

Tendo em vista o desenvolvimento das Escolas de Aprendizes Artífices, o Ministro Ildefonso Simões Lopes julgava de muito bom proveito que fossem criados mais dois estabelecimentos do mesmo tipo, uma no Norte e outra no Sul do país. Levando em consideração que, para isso, poderiam ser subvencionadas escolas ou institutos existentes ou transformar uma das Escolas de Aprendizes Artífices em Escola Normal (MAIC, 1920). Sugeria-se que fossem aproveitados e transformados em Escolas Normais o Instituto Lauro Sodré, no Pará, e o Instituto Parobé, no Rio Grande do Sul, mesmo instituto que foi dirigido por João Luderitz e inspirou a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices (Cunha, 2005). Mas percebemos que mesmo com o êxito da Escola Normal Wenceslau Braz esse projeto não foi concretizado.

Nos relatórios dos anos de 1928 e 1929, Geminiano Lyra Castro, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em exercício, ressaltou os resultados satisfatórios do trabalho desenvolvido na Escola Normal Wenceslau Braz, que podem ser observados pela alta procura por matrículas nesse estabelecimento e pelo mérito da qualidade na formação dos mestres nela formados. Afirmando, inclusive, que os seus egressos estavam honrando o nome da Escola Normal nas instituições em que atuavam.

A Escola de Minas de Ouro Preto foi criada pelo Decreto nº 6.026 de novembro de 1875 e no ano de 1909, com a reorganização do Ministério passou para a jurisdição do mesmo (MAIC, 1910). A formação era voltada para as áreas de geologia e mineralogia, em princípio, mas também desenvolveu posteriormente importantes trabalhos referentes à indústria siderúrgica. Durante o período em que pertenceu ao Ministério, a escola formava agrimensores, engenheiros geógrafos, engenheiros industriais, engenheiros de minas e engenheiros civis. Em 1928, a escola deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. "Desde sua fundação até 1928 superintendeu tambem o ensino de Engenharia de Minas na historica Escola de Ouro Preto, hoje incorporada ao Departamento Nacional de Ensino, sob a jurisdicção do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. " (MAIC, 1929, p. 62).

Além de manter importantes relações com o setor privado, a Escola de Minas de Ouro Preto gozava de um prestígio político dentro e fora do Brasil. Nessas relações, nas exposições, na colocação de seus egressos no setor industrial e siderúrgico e também em casos políticos, percebemos uma cultura política formada nessa escola e que também permeava o seu entorno. Sobre isso, Serge Berstein (1998, p. 362) nos fala que a cultura política "permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura", portanto compreendemos a influência da escola, tendo em vista a quantidade de sujeitos formados pela sua cultura e que alcançaram o lugar de de decisão sobre as normas que incidiram sobre ela. Para Berstein (1998, p. 360), a "força da cultura política como elemento determinante do comportamento do indivíduo". Logo, as ações dos sujeitos políticos revelam as influências de sua cultura política.

O ensino comercial foi o que se desenvolveu mais tardiamente e não houve a criação de nenhuma escola por parte do Ministério. Em 1926, esse tipo de ensino já estava sendo desenvolvido em diversas instituições dos grandes centros do país, algumas subvencionadas pelo Ministério. Devido à expansão em instituições tão diversas, o ministro Germiniano Lyra Castro decidiu regulamentar o ensino comercial através do Decreto nº 17.329 de 28 de maio de 1926. Esse regulamento fixava todas as diretrizes que as escolas deveriam se adequar para serem reconhecidas pelo Ministério e abrangia também a fiscalização dessas escolas (Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, 1926).

---

[4] O Serviço de Remodelação do Ensino Profissional tinha o objetivo de reformar e reorganizar as Escolas de Aprendizes Artífices, no tocante à estrutura física dos prédios e instalações, assim como os currículos, formação dos professores, conteúdos e materiais didáticos. Ver Gilson Leandro Queluz (1998).

Nesse decreto, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio prescreve todas as determinações que devem ser cumpridas pelos estabelecimentos de ensino técnico comercial para que possam ser reconhecidos como oficiais. Institui o curso geral de quatro anos e estabelece todo o seu programa, além de um curso superior que seria facultativo, devido ao seu caráter de aprofundamento. Além disso, define as instalações necessárias e define as obrigações referentes à matrícula, aos registros e à apresentação de um relatório anual pelo diretor da escola sobre o funcionamento das aulas, os exames e os diplomas. O Decreto nº 17.329/1926 também previa a fiscalização das escolas para que fossem cumpridas as determinações.

Dessa forma, percebemos que o ensino agrícola foi o que mais se desenvolveu, em vários ramos, envolvendo também a pecuária e a zootecnia. Desde a sua primeira regulamentação, o Plano Geral do Ensino Agronômico, estava prevista a criação de escolas em diferentes níveis adequadas à produção de cada região e de uma escola superior que deveria ser referência para o currículo e também para a formação dos mestres das demais, que eram em sua maioria engenheiros, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.

Enquanto o ensino industrial, apesar do número de escolas elevado, havia inicialmente um único tipo de escola voltado somente para a formação de operários. O ensino industrial só recebeu uma escola modelo e que deveria formar os mestres em 1918, quase uma década depois da criação das Escolas de Aprendizes Artífices. O ensino comercial, que se desenvolveu mais tardiamente, não teve nenhuma escola federal e sua regulamentação é do ano de 1926.

As Escolas de Aprendizes Artífices como possuíam o ensino organizado em oficinas enfrentavam uma grande dificuldade referente aos prédios em que estavam localizadas, o que interferia nos seus resultados. "Mais animadores, porém, seriam taes resultados si não estivessem installadas em predios que não preenchem as condições necessarias ao fim a que foram destinadas. (MAIC, 1912, p. 229). No entanto, mesmo com as dificuldades enfrentadas observamos o crescimento do número de escolas e a constante preocupação do Ministério para a "vulgarização" do ensino e a regulamentação e unificação das práticas em todo o país e em todos os níveis, desde os engenheiros até as populações rurais, com um enfoque especialmente no ensino dos mais jovens. "[...] e assim todos os Estados participarão das vantagens do ensino agronomico, cujas consequencias beneficas não tardarão a manifestar-se no computo de nossa produção, na qualidade dos nossos produtos e na situação economica da população rural" (MAIC, 1911, p. 64).

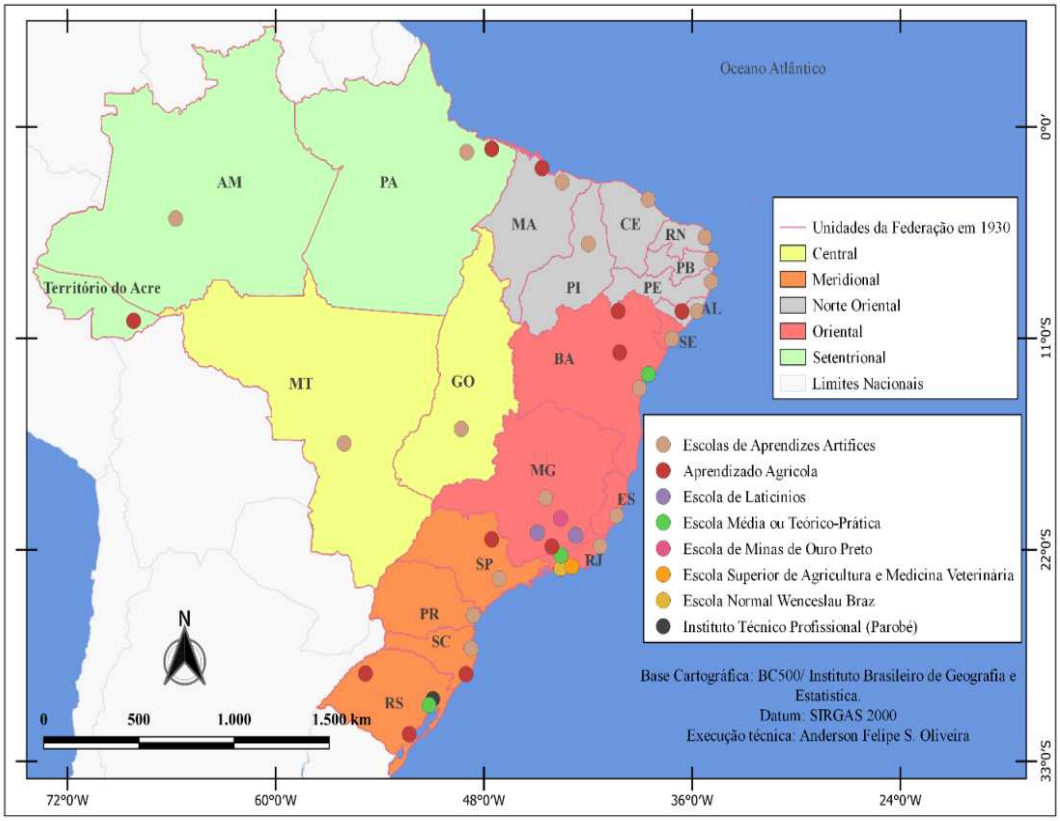
Embora a proposta fosse de expansão em todos os estados, somente as Escolas de Aprendizes Artífices foram distribuídas igualitariamente - o Rio Grande do Sul não recebeu uma escola nova, mas a instituição subvencionada recebia os mesmos recursos que as demais. Os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Sergipe e Amazonas não receberam nenhuma escola agrícola. O estado de Minas Gerais foi o que mais recebeu escolas federais.

De acordo com a concepção de Rémond (2003) da relação histórica entre os diversos setores da sociedade e o campo político, não podemos deixar de analisar essa conjectura a partir das relações políticas, diretamente influenciadas pelas relações econômicas, traçadas entre os estados da federação. Percebemos que os maiores produtores agrícolas e maiores centros industriais foram os que mais receberam escolas e incentivos federais. Então não podemos deixar de considerar as relações de forças travadas entre esses estados, assim como entre eles e o Governo Federal como aponta Rémond "O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. " (2003, p. 20). Vemos então nas ações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio um reflexo da configuração do Estado.

EXPANSÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Nesta seção analisa-se a expansão do ensino profissional desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, pensando a localização geográfica dessas escolas. Além disso, correlacionamos essa informação com aspectos econômicos de cada região do Brasil.

Reconhecendo a extensão territorial do Brasil, percebeu-se que além das informações isoladas sobre cada escola, para a construção desta investigação, seria necessário a compreensão da distribuição destas pelo território nacional (Ver Mapa 01).



Mapa 1. Mapa com a distribuição das escolas no território brasileiro
Fonte: Concepção das autoras e execução técnica de Anderson Felipe S. Oliveira.

Conforme observado no Mapa 01, no que se refere às escolas profissionais, observou-se que somente as Escolas de Aprendizes Artífices foram distribuídas igualmente pelo território, sendo criadas em todas as capitais com exceção do Rio Grande do Sul, onde o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio subvencionou o Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre (Ver Quadro 1).

Quadro 1. Escolas profissionais por tipo e localização

TIPO DE ESCOLA	ESTADO	Nº DE ESCOLAS
Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária	Rio de Janeiro	1
Escola de laticínios	Minas Gerais	2
Escola Média ou Teórico-Prática	Bahia	1
	Rio Grande do Sul	1
	Rio de Janeiro	1
Aprendizado Agrícola	São Paulo	1
	Minas Gerais	1
	Rio Grande do Sul	2
	Bahia	2
	Alagoas	1
	Pará	1
	Maranhão	1
	Santa Catarina	1
	Território do Acre	1
Escolas de Aprendizes Artífices	Em todos os estados (exceto o Rio Grande do Sul)	19
Instituto Técnico Profissional (Parobé)	Rio Grande do Sul	1
Total		37

Fonte: Elaboração das autoras

De acordo com Benito Francisco Vasques (2016) a primeira divisão regional do território brasileiro foi organizada pelo Conselho Nacional de Geografia somente no ano de 1942. No entanto, ainda em 1913, Carlos Delgado de Carvalho com a publicação da obra Geografia do Brasil, apresentou o Brasil "regionalizado" pela primeira vez.

> Seu principal objetivo foi, por meio da ideia de Região Natural, conceber grandes regiões que se estabelecessem com a maior permanência possível, vinculadas que foram em características múltiplas, da natureza e das tipologias humanas, que exprimisse uma verdadeira *síntese* do território e as expressões indeléveis e feições características, únicas, de cada porção constituidora das regiões. (Vasques, 2016, p. 18)

A obra de Carlos Delgado de Carvalho foi desenvolvida com fins didáticos e influenciou estudos e pesquisas até o ano de 1930. Portanto, utilizaremos, também com caráter didático, essa divisão para analisar a distribuição das escolas profissionais criadas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no território brasileiro.

Se nos atentarmos à região Oriental, percebemos que no Rio de Janeiro, a capital federal no período estudado e centro das decisões políticas, estavam localizadas as escolas que deveriam ser referência para as escolas do ensino agrícola e industrial. São, respectivamente, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. No estado da Bahia foram criados dois Aprendizados Agrícolas e uma Escola Média ou Teórico Prática, conhecida como Escola Agrícola da Bahia.

Apesar da importância das escolas localizadas no Rio de Janeiro, o estado de Minas Gerais, situado também na região Oriental, que alcançou maior destaque frente aos demais. Nesse estado havia a Escola de Minas de Ouro Preto, única no seu ramo como vimos anteriormente; duas Escolas de Laticínios, também as únicas desse tipo criadas pelo Ministério. Além das escolas supracitadas que pertenciam a ramos bem específicos e característicos da região, o estado mineiro recebeu também um Aprendizado Agrícola. Situado no município de Barbacena, esse foi o Aprendizado mais bem desenvolvido e com a maior produção, se comparado aos demais. Na mesma região, temos o Espírito Santo apenas com a Escola de Aprendizes Artífices e sem nenhuma escola agrícola.

Na região Meridional, o estado de São Paulo recebeu um Aprendizado Agrícola e uma Escola Média ou Teórico-Prática. Santa Catarina também recebeu um Aprendizado Agrícola. No estado do Paraná, havia apenas a Escola de Aprendizes Artífices. Enquanto isso, o Rio Grande do Sul recebeu dois Aprendizados Agrícolas, uma Escola Média ou Teórico-Prática e a subvenção do Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre.

Nas regiões Norte Oriental e Setentrional, o único tipo de escola agrícola criado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foram os Aprendizados Agrícolas. Na região Norte Oriental foram criados nos estados do Maranhão e Alagoas um Aprendizado em cada. Na região Setentrional, um no estado do Pará e mais um no Território do Acre. A situação se agrava quando voltamos a atenção para a região Central, formada apenas pelos estados do Mato Grosso e Goiás, onde não foi criada nenhuma escola agrícola.

Nesse sentido, destaca-se o ensino agrícola foi o que mais se desenvolveu, nos níveis superior, médio e primário, envolvendo também a pecuária e a zootecnia. Desde a sua primeira regulamentação, o Plano Geral do Ensino Agronômico, estava prevista a criação de escolas em diferentes níveis adequadas à produção de cada região e de uma escola superior que deveria ser referência para o currículo e também para a formação dos mestres das demais, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.

Desse modo, além da análise observando a localização e os aspectos regionais, também é preciso pensar essa expansão quantitativamente. A medida que da mesma forma que este é um ponto fundamental para a compreensão do desenvolvimento do ensino profissional. A diferença da quantidade de escolas que foram criadas no ensino agrícola e no ensino industrial pode ser percebida nos gráficos a seguir.

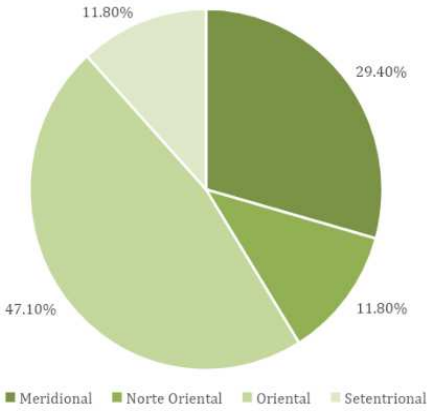


Gráfico 1. Distribuição das escolas agrícolas por regiões. Fonte: Elaboração das autoras a partir das fontes investigadas.

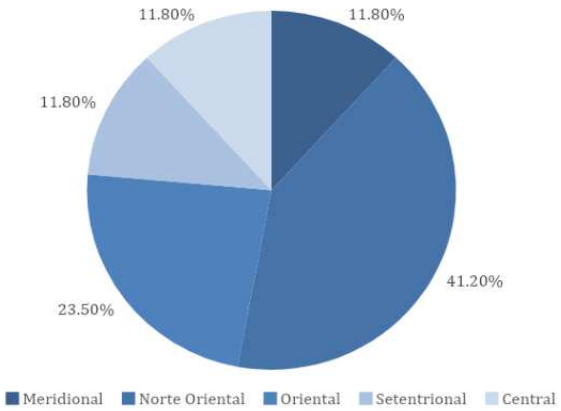


Gráfico 2. Distribuição das escolas industriais por região. Fonte: Elaboração das autoras a partir das fontes investigadas.

Enquanto o ensino industrial, apesar do número de escolas elevado, havia inicialmente um único tipo de escola voltado somente para a formação de operários. O ensino industrial só recebeu uma escola modelo e que deveria formar os mestres em 1918, quase uma década depois da criação das Escolas de Aprendizes Artífices.

As escolas agrícolas, ainda que mais diversificadas, estavam concentradas nas regiões Meridional e Oriental, principalmente nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Enquanto isso, as escolas industriais, apesar de serem de um só tipo, foram pensadas e organizadas correspondendo ao objetivo de disseminar o ensino por todo o território brasileiro.

No período da Primeira República, a economia brasileira girava em torno de uma produção voltada para a exportação, de modo que era preciso importar até mesmo os produtos mais simples (Prado, 2006). Esse sistema demonstrava uma vulnerabilidade gerada na concentração de poucos produtos exportáveis como o café, a borracha, o cacau, o fumo, entre outros (Prado, 2006, p. 206).

A produção compartimentada, a produção de um único gênero por cada região e a concentração nos produtos de exportação são pontos que, segundo Prado (2006), culminaram na crise da produção agrária. Logo, a diversificação da produção em vários gêneros, dada a dimensão territorial e a diversidade de solos e climas brasileiros somada ao incentivo às pequenas propriedades agrícolas com a produção voltada para os elementos de consumo no mercado interno seriam pontos cruciais para a recuperação dessa crise.

> Só a educação agricola, em todas as suas especialidades,a mais vasta diffusão de conhecimentos uteis, relativos á agricultura, a vulgarização, em larga escala, dos modernos processos economicos de producção, o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e a sua applicação aos nosso campos nos poderão proporcionar os elementos indispensaveis a explorar e utilizar economicamente a inexgottavel uberdade que a natureza conferiu ao solo do Brazil, nessa desmedida extensão de vinte Estados, em que se observa a acção variavel de todos os climas da terra (MAIC, 1913, p. XIII).

Nessa perspectiva, emerge o questionamento: por que as ações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio não condiziam com a sua proposta de expansão do ensino profissional? Tendo em vista que as escolas estavam concentradas em duas regiões e, principalmente, nas áreas mais próximas do litoral.

Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram os principais centros econômicos do país desde a colônia e estendendo-se ao período republicano. São Paulo devido à larga produção e exportação do café, Minas Gerais pela mineração de ouro e diamantes e pela produção de laticínios e o Rio de Janeiro, umas das vilas mais importantes no período colonial, centro de comunicação e comércio com o exterior e capital do país na Primeira República. Além desses estados, destacamos também a Bahia, que alcançou um significativo desenvolvimento devido a produção açucareira e, posteriormente como grande produtor de mais um produto de exportação, o cacau, que se tornou de grande expressão econômica no século XIX (Prado, 2006). A exploração desses produtos gerou para os estados supracitados importantes mudanças na estrutura econômica e social. Desse modo, eram centro produtores e de oligarquias com significativa influência política.

A região Setentrional experimentou um período de alto lucro e geração de riquezas durante a exploração da borracha, que quase se igualou ao café como produto de exportação (Prado, 2006). No entanto, o desenvolvimento econômico e social da região não seguiu o mesmo processo dos outros centros econômicos. "Em poucos anos, menos ainda que se levara para constituí-la, a riqueza amazonense se desfará em fumaça. Sobrarão apenas ruínas" (Prado, 2006, p. 237). Isso explicaria o fato de, apesar de ter sido um centro produtor de um elemento de exportação importante, não receber a mesma atenção para o desenvolvimento de sua produção que as demais regiões.

A região Norte Oriental, onde se localizam a maioria dos estados que hoje formam o Nordeste, sofria, segundo Prado (2006), com a concentração da produção em único produto, o açúcar. Ou seja, essa era uma das áreas que mais necessitava da política de modernização e diversificação das práticas agrícolas e a ação do Ministério frente a essa situação foi justamente contrária.

No que se refere aos Aprendizados Agrícolas criados nos estados das regiões Setentrional e Norte Oriental, que eram as únicas escolas agrícolas criadas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nessas regiões, ainda existem algumas questões que devem ser ponderadas.

O Aprendizado Agrícola de Igarapé-Assú, no estado do Pará, foi criado em 1911 e inaugurado somente em 1912 (MAIC, 1913) e o Aprendizado de Guimarães foi criado em 1912 e ainda estava em processo de organização no ano de 1913 (MAIC, 1913). Ambos, apesar do pouco tempo de funcionamento, foram extintos no ano de 1914 (MAIC, 1914). O Aprendizado de Satuba, no estado de Alagoas, criado no ano de 1911 foi o que ainda funcionou por mais tempo, frente aos demais, mas foi transferido para a responsabilidade do governo estadual de Alagoas.

O Aprendizado Agrícola do Território do Acre foi criado, mas ainda estava em processo de instalação no ano de 1927, passando a funcionar regularmente somente em 1928 (MAIC, 1928). Assim, observamos que além da precariedade relacionada a quantidade e a diversidade de escolas agrícolas nessas regiões, percebeu-se que elas funcionaram por pouco tempo e em situações instáveis e transitórias.

Por fim, a expansão do ensino profissional pode ser compreendida em um movimento composto de duas fases. A primeira marcada pela criação e organização do ensino. Essa primeira fase iniciada em 1909 com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, a transferência da Escola de Minas de Ouro Preto e continuada com a criação das escolas agrícolas através do Plano Geral do Ensino Agronômico, em 1910, e da Escola Normal Wenceslau Braz, em 1918. Nesse período, outras escolas foram fechadas, como é o caso das Escolas Médias ou Teórico-Práticas. Já na segunda fase, que se considera como iniciada em 1920 com a atuação do Serviço de Remodelação, observa-se uma concepção diferente. Desta vez o trabalho do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio esteve mais voltado à estruturação e consolidação do ensino profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio adotou desde 1909 uma política de expansão do ensino profissional, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país. O ensino profissional mantido pelo Ministério compreendia três vertentes: o ensino agrícola, o ensino técnico industrial e o ensino técnico comercial. Juntos eles formavam a Instrução Técnica Profissional.

Para a consolidação dessa política o Ministério realizou diferentes ações como a criação de institutos de pesquisa, campos de demonstração, fazendas-modelo, subvenção de instituições de iniciativa estadual, municipal ou privada, entre outros. No entanto, a que mais se destacou foi a criação de escolas de diferentes níveis.

O ensino agrícola abrangia uma escola superior, Escolas Médias ou Teórico-Práticas, Aprendizados Agrícolas e Escolas de Laticínios, de nível primário. O ensino industrial contava apenas com as Escolas de Aprendizes Artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. O ensino comercial não era formado por escolas federais, mas era regulamentado pelo Ministério. Minas Gerais foi o estado com maior número de escolas e maior diversidade. Além disso, se destacam o estado do Rio de Janeiro com as escolas de referência do ensino agrícola e do ensino industrial, o estado da Bahia com dois tipos de escolas agrícolas e uma Escola de Aprendizes Artífices e o estado de Minas Gerais com a maior diversidade de escolas.

Pensando na expansão do ensino profissional, proporcionado pela distribuição dessas escolas pelo território brasileiro, constatou-se diferenças entre o ensino agrícola e o ensino industrial. As Escolas de Aprendizes Artífices, principal expressão do ensino industrial, realmente foram criadas com esse intuito de expansão e popularização do ensino, estavam presentes em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Sul. Não se pode deixar de considerar as diferenças entre as Escolas de Aprendizes Artífices em cada

estado, as dificuldades enfrentadas pela maioria delas e a falta de um currículo unificado até 1926. O que fazia com que não houvesse unidade no ensino ministrado. Porém, levando em consideração somente o caráter de expansão, esse foi o único tipo de escolas que cumpriu com esse propósito.

Ainda pensando a questão da distribuição territorial, destacamos a concentração de escolas na região Oriental, tanto pela quantidade de escolas e da diversidade delas, sejam escolas agrícolas ou industriais, e também a relevância dessas escolas no cenário nacional. No centro das decisões políticas daquele período, o estado do Rio de Janeiro, estavam as duas principais escolas de cada ramo, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e a Escola Normal Wenceslau Braz. Os currículos dessas escolas eram a base para todas as demais e também eram o centro de formação de professores para cada ensino. Outro estado da mesma região que se destaca entre os demais é o estado de Minas Gerais, que recebe a maior diversidade de tipos de escolas, agrícolas e industriais, e também escolas que eram bastante características da economia desse estado e não foram criadas em mais nenhum outro estado.

Desse modo, ressaltamos a relevância desse estudo para a área da história da educação profissional, tendo em vista a escassez de estudos sobre o tema. Portanto, pretendemos contribuir com esse campo através das discussões apresentadas, do enfoque abordando o ensino profissional a partir do Ministério e das fontes que foram utilizadas.

Por fim, exprime-se que este trabalho não representa o fim das possibilidades de pesquisa sobre o desenvolvimento do ensino profissional no Brasil. Aqui, abordou-se, principalmente, as ações de um órgão público e as influências políticas e econômicas desse processo. Ainda existem muitos aspectos passíveis de investigação no campo da História da Educação Profissional. Além dos desdobramentos após o período que aqui foi apresentado, apontamos temas como a atuação dos sujeitos políticos no processo de organização do ensino técnico no Brasil, o papel das instituições como centro de relações e sociabilidades, as escolas subvencionadas e o aprofundamento da organização do ensino comercial. Reconhece-se que ainda existe um longo caminho a ser traçado e que supere lacunas que ainda são encontradas quando nos dedicamos à pesquisa nesse campo.

REFERÊNCIAS

Arostegui, J. (2006). *A pesquisa histórica*: teoria e método. Santa Catarina: Edusc.

Berstein, S. (1998). A cultura política. In *Para uma História cultural* (pp. 349-363). Lisboa: Editorial Estampa

Ciavatta, M. (2019) Trabalho-Educação: uma unidade epistemológica, histórica e educacional. *Revista Trabalho Necessário*, v. 17, n. 32, (pp. 132-149).

Cunha, L. A. C. R. (2000). *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Unesp. v.2.

Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Industria e Comércio. Diário Oficial da União.

Decreto nº 12.012, de 29 de março de 1916. Transfere as sedes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária Escola Média ou Teórico-prática da Bahia e reúne em um só os dois mencionados estabelecimentos de ensino e a Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootécnico Federal de Pinheiro, com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Diário Oficial da União.

Decreto nº 12.927, de 20 de março de 1918. Dá novo regulamento à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Diário Oficial da União.

Decreto nº 14.120, de 29 de março de 1920. Dá novo regulamento à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Diário Oficial da União.

Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Diário Oficial da União.

Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930. Dá nova denominação ao Ministério da Agricultura, Industria e Comércio; estabelece normas para o funcionamento dos serviços sob sua jurisdição até que sejam remodelados os regulamentos atuais, e adota medidas tendentes à simplificação dos serviços burocráticos nesse ministério. Diário Oficial da União.

Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875. Cria uma Escola de minas na Província de Minas Gerais, e dá-lhe Regulamento. Diário Oficial da União.

Decreto nº 7.501, de 12 de agosto de 1909. Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio. Diário Oficial da União.

Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União.

Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agronômico e aprova o respectivo regulamento. Diário Oficial da União.

Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras.

Manfredi, S. M. (2003). *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1910). *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910*. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas da Directoria Geral de Estatistica.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1911). *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Dr. Pedro de Toledo no anno de 1911*. Vol. I. Rio de Janeiro: Officinas da Directoria Geral de Estatistica.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1912). *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1912*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1913). *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edviges de Queiroz Vieira Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1913*. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1914). *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edviges de Queiroz Vieira Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1915). *Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti*. Anno de 1915. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria geral de Estatistica.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1918). *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Dr. João Gonçalves Pereira Lima*. Anno de 1918. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatistica.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1920). *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes,* Anno 1920. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas-Boas & C.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1921). *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes.* Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas-Boas & C.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1926). *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro.* Anno de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1928.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1927*). Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro.* Anno de 1927. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1929). *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro.* Anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1930). *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Germiniano Lyra Castro.* Anno de 1929. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministerio da Agricultura.

Nery, M. A. A. M. (2009). Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 2(2) (pp.25-32).

Oliveira, M. R. P. (2004). Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). *History of Education Journal*, 8 (15) (pp. 129-142).

Otranto, C. R. (2003) A política de Educação Superior Agronômica no início do século XX: a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. In *Anais, 26 Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003...]*. Poços de Caldas: ANPEd.

Prado Júnior, C. (2006). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Ragazzini, D. (2001). Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação*? Educar em revista*, (18), (pp. 13-27).

Rémond, R. (2003). *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV.

Soares, M. J. A. (1982). As escolas de aprendizes artífices-estrutura e evolução. In *Anais, Fórum educacional* (pp. 58-92).

Vasques, B. F. (2016). *A divisão regional do Brasil*: limites, propósitos e resultados a partir do Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento – Regiões de Referência. 74 f. (Trabalho de Conclusão de Graduação, Bacharelado e Licenciatura em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo.